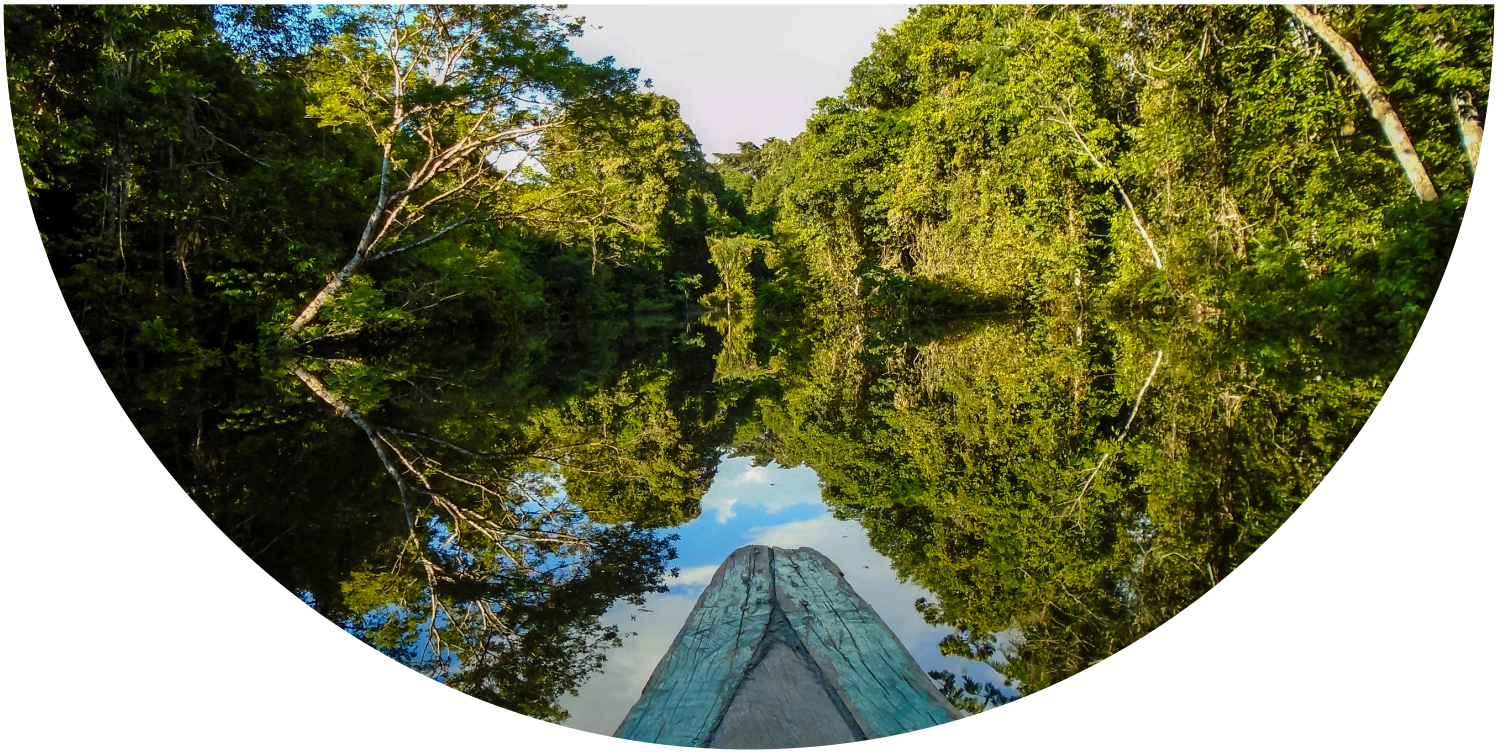
UM PANORAMA DAS AMEAÇAS À AMAZÔNIA
CRISE CLIMÁTICA, CONTEXTO POLÍTICO E PROJETOS FINANCIADOS POR IFIS



REALIZAÇÃO:

This work is licenced under a Creative Commons
Attribution-Non-Commercial 4.0 International Licence

UM PANORAMA DAS AMEAÇAS À AMAZÔNIA: CRISE CLIMÁTICA, CONTEXTO POLÍTICO E PROJETOS FINANCIADOS POR IFIS
SETEMBRO 2023

Texto: Layza da Rocha Soares; Alexandre Andrade Sampaio; Daniel Lopes Faggiano; Gustavo Zullo
Revisão: Jocelyn Medallo; Ryan Schlief; Daniela Silva; Flávia Amorim; Ana Letícia Martins Luz
Diagramação: Ana Letícia Martins Luz

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO 3

CRISE CLIMÁTICA E ASPECTOS INSTITUCIONAIS: CONTEXTO 6

IPCC 7

HORIZONTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL 12

PACTO DE LETÍCIA 16

PROGRAMA ESTRATÉGICO SEMENTES 18

LEAF 23

DADOS SOBRE PROJETOS FINANCIADOS POR IFIs 27

SISTEMA DE ALERTA PRÉVIO 35

OS ALVOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS NA AMAZÔNIA 36

CONCLUSÃO 47

INTRODUÇÃO

Este documento analisa elementos da conjuntura econômica, política, social e ambiental na Amazônia entre 01 de janeiro de 2020 a 30 de junho de 2022, do avanço da fronteira capitalista sobre a floresta e as comunidades locais que ali vivem, mudanças climáticas e o Pacto de Letícia. A razão do escopo de nossa análise é conseguir verificar tendências através de uma metodologia que nos é particular: examinaremos dados sobre o financiamento de Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) a partir do Sistema de Alerta Prévio (SAP)[1], e outras informações relevantes que envolvem sete países sul-americanos que compõem quase a totalidade do território amazônico (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela).

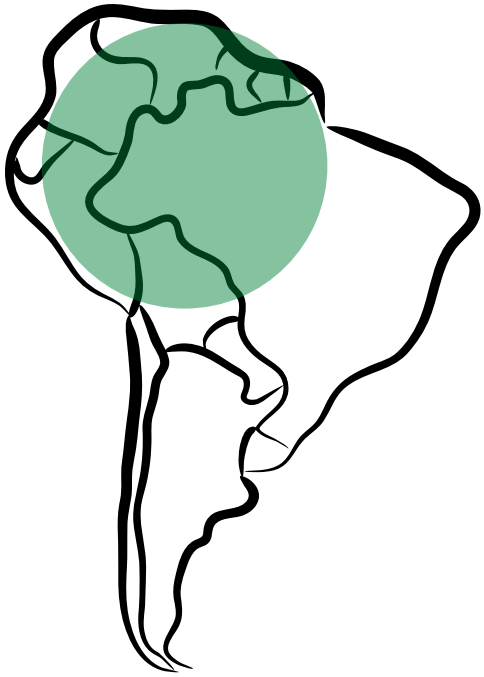
Apesar de evidenciadas algumas particularidades nacionais que nos parecem mais relevantes, o texto apresenta um panorama mais amplo. Evidenciamos uma perspectiva regional para a Amazônia na medida em que explicitamos tanto as articulações entre Estados nacionais e IFIs como as suas consequências sobre o território e sobre as comunidades amazônicas. Trata-se de destacar os impactos existentes e os impactos potenciais que resultam da ação de poderes institucionais sobre a biodiversidade e sobre comunidades locais, inclusive de populações indígenas isoladas e de contato recente, dando continuidade à opressão sistêmica dos povos da floresta.

Nesse sentido, é importante destacar algumas das relações entre o aprofundamento da crise climática e mudanças no arranjo da logística global e das atividades econômicas a que esses projetos servem. A implementação de projetos ligados ao agronegócio, à geração e distribuição de energia, à construção de ferrovias e rodovias, dentre outros, representa um

[1] O Sistema de Alerta Prévio faz o monitoramento das seguintes IFIs: Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), BID Invest, Banco Mundial (BM), Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA, em inglês), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), Fundo Verde do Clima (FVC), Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC, em inglês), Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD), Banco Europeu de Investimento (BEI), Banco Holandês de Desenvolvimento Empresarial (FMO, em holandês), Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB, em inglês) e Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB, em inglês).

grande desafio à preservação do meio ambiente e de modos de vida tradicionais na Amazônia. Em outras palavras, a conexão harmoniosa entre comunidades locais e natureza está ameaçada pelo avanço de projetos que, equivocadamente, são muitas vezes confundidos com progresso e desenvolvimento.

Avaliamos este problema de enorme envergadura em algumas etapas. A primeira delas, apresentada na seção "Crise climática e aspectos institucionais: contexto", articula movimentos institucionais que parecem convergir para acelerar a crise climática de modo a questionar o horizonte de iniciativas que se autodenominam "sustentáveis". O caso do Brasil é utilizado como paradigma de análise em razão da extensão do território Amazônico em relação ao Brasil e vice-versa. A segunda camada deste estudo, "Dados", apresenta informações estatísticas que dão maior concretude sobre os avanços da fronteira econômica que estão ocorrendo e que vêm sendo planejados para a região. Por fim, apresentamos algumas considerações baseadas nas seções anteriores que tentam demonstrar com mais clareza as tendências estruturais que vêm impactando a Amazônia. É imperativo que notemos a força preocupante dos



interesses do agronegócio pautando agendas mercadológicas para a região, utilizando-se da narrativa da bioeconomia, da assistência estrutural de instituições financeiras internacionais e de espaços políticos moldados conforme seus interesses em dados cenários econômicos. Também demonstra-se a preponderância do Grupo do Banco Interamericano para auxiliar tais interesses mercadológicos que vão na contramão de soluções climáticas, concretizando maior apoio de outras instituições de financiamento público ou privado não apenas para a promoção do setor agro especificamente, como também para garantir um contexto social, de infraestrutura e energia que o apoie. Destaca-se a

necessidade, principalmente em um momento de possível abertura democrática em alguns países da região, de forte monitoramento e atuação social para que as contínuas violações ao direito de participação democrática, à autodeterminação dos povos e ao meio ambiente saudável não tenham mais espaço por meio de instituições públicas, buscando pautar qualquer atuação na Amazônia de acordo com o direito humano ao desenvolvimento – "direito humano inalienável em virtude do qual toda pessoa humana e todos os povos têm o direito de participar, contribuir e desfrutar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados".

*NOTA DOS AUTORES

Este relatório foi elaborado no ano de 2022 e publicado no ano de 2023. Em virtude do tempo decorrido, foram realizadas atualizações para adequação do texto. Informa-se, por oportuno, que em 2023 houve mudança de governo no Brasil, motivo pelo qual esclarece-se que o governo indicado no presente relatório era aquele vigente no ano de sua elaboração.

CRISE CLIMÁTICA E ASPECTOS INSTITUCIONAIS: CONTEXTO

Articulamos alguns dos vínculos entre a crise climática, projetos internacionais, como o Programa Estratégico Sementes e Pacto de Letícia, e o caráter da política ambiental do Estado brasileiro desde 2019, quando o país com a maior porção do território amazônico passou a adotar uma postura ainda mais aberta e profundamente contrária à conservação da floresta e das comunidades que lá vivem em harmonia com a natureza. De tal modo, procuramos enfatizar alguns dos acontecimentos mais relevantes para a compreensão da atual conjuntura amazônica. Apresentaremos uma fotografia do cenário atual das condições climáticas da região amazônica e de como as ações formais e informais de atores políticos e econômicos de grande relevância na América Latina parecem caminhar na direção contrária àquilo que seria necessário para reverter a degradação socioambiental da região.

Para tanto, destacamos alguns dos principais resultados ambientais da crise climática, que regionalmente são intensificados a partir de queimadas de enormes proporções, desmatamentos de mata nativa que dão lugar a pastos, além de outras atividades que também contaminam o meio ambiente e destroem a fauna e a flora. Isto é, inicialmente evidenciamos brevemente os efeitos de décadas de destruição da floresta em benefício da expansão da fronteira agrícola, da emergência e do crescimento de centros urbanos e tantas outras atividades humanas que prejudicam a harmonia ecológica e social da Amazônia.

Num segundo momento, destacamos o horizonte das políticas ambientais do Estado brasileiro desde janeiro de 2019, momento que marca uma intensificação dos ataques a esta que é uma região já bastante degradada.

Posteriormente, destacamos como o Pacto de Letícia se organiza sem o devido envolvimento de comunidades indígenas ou de comunidades tradicionais amazônicas, o que evidencia o horizonte dos compromissos que caracterizam este acordo internacional entre os Estados que o firmaram.

Num quarto momento, apresentamos o Programa Estratégico

Sementes (PES), liderado pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento, o BID, e que conta com uma colaboração de US$279 milhões do Fundo Verde do Clima (FVC)[2], cuja intenção é destravar capitais privados. Embora a apresentação do PES esteja permeada de rótulos *sustentáveis*, o baixo grau de detalhamento dos objetivos do programa e de conceitos que o fundamentam, como *bio-economia* e *capital natural*, traz preocupações sobre a possibilidade do programa ser capaz de preservar a *biodiversidade* e o *modo de vida tradicional* das populações da Amazônia. Em outros termos, não é possível afirmar que o programa está perfeitamente alinhado com a preservação de um meio ambiente saudável e com o direito de populações amazônicas desenvolverem suas comunidades e seus territórios de maneira soberana.

Por fim, e de forma muito semelhante a esta última seção sobre o BID, destacamos como projetos de financiamento internacional sobre créditos de carbono, particularmente sobre os chamados LEAFs, podem contribuir para a destruição da floresta amazônica e suas comunidades.

Em suma, apresentamos elementos que interpretam alguns dos vínculos entre a expansão econômica e a destruição da ecologia amazônica e dos povos indígenas e populações tradicionais que habitam a Amazônia.

IPCC

A primeira parte do sexto relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas[3], publicada em 9 de agosto de 2021, apresenta resultados muito alarmantes para a população mundial, os quais exigem medidas globais imediatas para redução e prevenção de maiores danos provocados pelas mudanças climáticas.

---

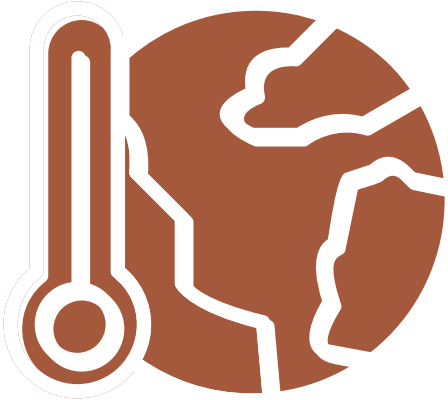
[2] Note que este e todos os demais *links* do Sistema de Alerta Prévio (SAP) oferecem a opção de tradução na parte superior da página, às vezes do lado esquerdo e outras vezes do lado direito.

[3] O Relatório é dividido em três partes correspondentes a três grupos de trabalho: o 1º que corresponde ao conhecimento científico disponível sobre mudanças climáticas; o 2º refere-se à avaliação de impactos, adaptação e vulnerabilidade, e; o 3º denominado de "mitigação das mudanças climáticas", o qual apresenta políticas públicas e respectivas avaliações. No presente documento, analisamos a primeira parte, publicada ao tempo de nossa avaliação.

A primeira importante conclusão do relatório é a de que não há mais dúvidas que as mudanças climáticas são provocadas pelas atividades humanas. Desde a década de 1970 a expansão da atividade econômica sem precedentes contribuiu diretamente para o aumento das emissões de gases de efeito estufa que, consequentemente, provocou o aquecimento da atmosfera, dos oceanos e da superfície terrestre.

Segundo o relatório, as concentrações de gases do efeito estufa (gás carbônico, metano, óxido nitroso), ocasionadas, principalmente, pela queima de combustíveis fósseis, são as mais altas dos últimos 2 milhões de anos e a velocidade de aquecimento das últimas 5 décadas é a mais rápida em 2000 anos. A taxa de aquecimento média global atual (que considera os oceanos e a superfície terrestre) é de 1,1°C em comparação com o período de 1850-1900. Só entre 2011 e 2020 o aumento da temperatura sob os continentes foi de 1,59°C, ou seja, as mais altas registradas desde o período base de 1850-1900.

Vale ressaltar que em todos os cenários de previsão apresentados pelo IPCC, o aquecimento global médio ultrapassará a marca de 1,5°C no período entre 2021 e 2030. Ou seja, será superior ao limite estabelecido ambiciosamente pelo Acordo de Paris em 2015.



No entanto, é possível evitar um aquecimento ainda maior no final deste século caso mudanças drásticas sejam efetuadas urgentemente, como paralisar as emissões e retirar gases causadores do efeito estufa da atmosfera. Este seria o único meio para que seja possível mudar a trajetória de aumento da temperatura global projetada para o final do século.

Cada incremento de temperatura acarreta no aumento de eventos extremos e o aquecimento já provocado até hoje tornou irreversível algumas de suas consequências, tais como: o nível do mar continuará subindo, posto que seu aquecimento será entre 2 e 8 vezes maior do que observado entre 1971 e 2018; o Ártico ficará sem gelo pelo menos uma vez antes de 2050. As geleiras continuarão perdendo massa mesmo que a temperatura global se estabilize, pois não é possível reverter a expansão térmica que demanda uma escala de centenas de milhares de anos para se modificar.

Entre outras consequências do aquecimento global estão: aumento da ocorrência de tempestades, secas, ondas de calor, mudanças drásticas nos padrões de precipitação do mundo e outros eventos climáticos extremos. Consequentemente, redução na produção de alimentos, da segurança hídrica, na conservação da biodiversidade, na qualidade de vida das cidades, entre outros.

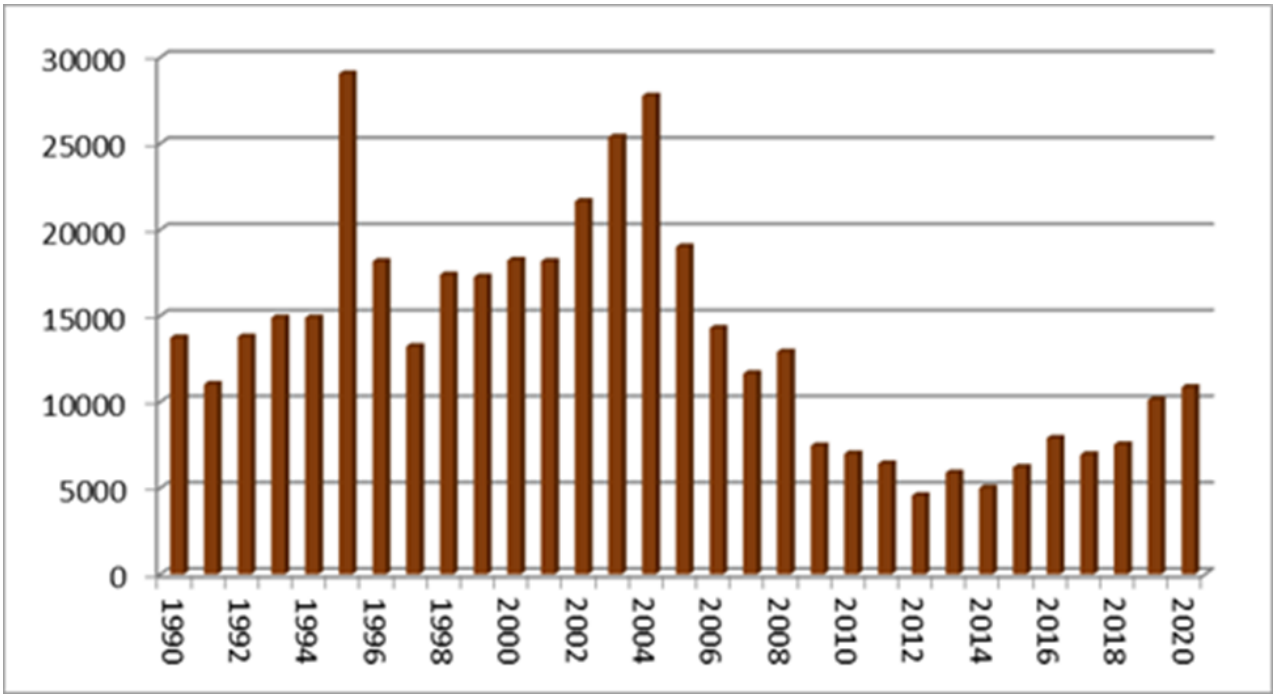
Pela primeira vez, o IPCC traz estimativas regionalizadas para os próximos 30 anos, das quais podemos apreender algumas mudanças que a região amazônica sofrerá. Para esta área do globo, há projeções com alto nível de confiança de aumento de seca agrícola e ecológica em meados deste século, com crescimento no número de secas de modo geral, aridez e incêndios que afetarão diversos setores, como agricultura, silvicultura, bem como ecossistemas e a saúde da população. Também se projeta que a intensidade e frequência de precipitações extremas e inundações pluviais aumentem. Na Amazônia, também ocorrerá o aumento no número de dias por ano com temperaturas superiores a 35°C. Ou seja, a expectativa das mudanças climáticas para esta região que ocupa a maior parte do território brasileiro é de alteração drástica da natureza e do modo de vida das populações.

A crise climática causa efeitos avassaladores na floresta amazônica. Ela pode acelerar o caminho para o que cientistas denominam de **ponto de não retorno**, ou seja, ponto a partir do qual a degradação da floresta se torna irreversível pelo processo de savanização – não sendo possível o impedimento de sua transição para um ecossistema mais seco. Nesse sentido, a floresta deixa de ser um repositório de carbono e passa a liberar o que está acumulado para a atmosfera, gerando um efeito multiplicador no aumento das mudanças climáticas. Portanto, a preservação da floresta amazônica, dos modos de vida das populações que contribuem para a sua conservação, é fundamental para evitarmos um agravamento da crise climática.

O desmatamento do Bioma Amazônia e Cerrado é a principal causa das emissões brutas de gases do efeito estufa no Brasil e está associado à expansão de atividades do agronegócio. No gráfico abaixo, podemos observar que o desmatamento da

Amazônia Legal[4] se manteve ao longo dos últimos 31 anos, e que houve um esforço para a redução das taxas anuais de desmatamento entre 2005 e 2012. Todavia, a partir do ano de 2012, verifica-se um recrudescimento dessa taxa de desflorestamento, especialmente nos últimos dois anos.

GRÁFICO 1 – TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL DA AMAZÔNIA LEGAL (1990-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INPE (2021)

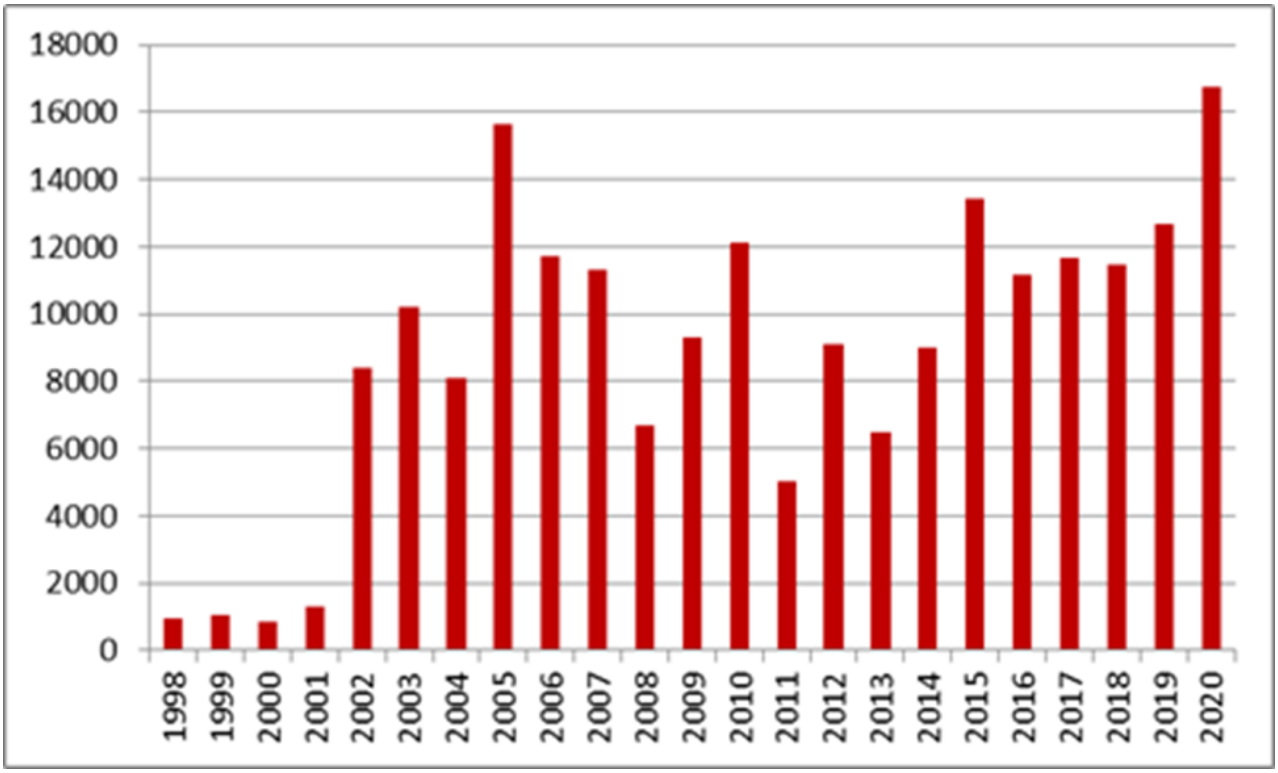
Apenas em 2020 foram desmatados 10.851 km², o que equivale a mais de sete cidades de São Paulo. O desmatamento se intensifica com o crescimento dramático do número de queimadas nos últimos dois anos, que atingiu novo recorde no ano de 2020. No gráfico abaixo é possível observar

[4] A extensão da Amazônia Legal engloba os biomas: Amazônia, 37% do Cerrado e 40% do Pantanal, e corresponde a 58,9% do território brasileiro, com área de aproximadamente 5.015.067,75 km², segundo IBGE (2021).

que no estado brasileiro Amazonas, mais de 13.178 focos ativos de queimadas foram registrados em 2020, o que atingiu inúmeras áreas de preservação ambiental.

O aumento significativo do número de queimadas não está apenas relacionado às mudanças climáticas, mas sim, em grande medida, ao avanço de atividades degradadoras e redução da fiscalização ambiental. O avanço do desmatamento é uma consequência direta do desmonte das políticas ambientais acompanhado pelo estímulo explícito ao desflorestamento e invasão de terras de comunidades tradicionais.

GRÁFICO 2 – NÚMERO DE FOCOS DE INCÊNDIOS NO ESTADO DO AMAZONAS (1998-2020)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INPE (2021)

HORIZONTE DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

Nos anos recentes, a chamada onda rosa na América Latina perdeu força e muitos governos de direita e extrema direita ganharam eleições presidenciais. Muito embora as últimas eleições presidenciais em vários países da região mostrem uma retomada de governos progressistas, neste ínterim os governos de direita e extrema direita agravaram as condições socio-ambientais da região.

A Amazônia foi duramente penalizada durante estes anos não só no Brasil, mas também em outros países. Os ataques aos povos indígenas na região vistos, por exemplo, nas publicações da Rede Eclesial Pan-amazônica (REPAM), com ampla cobertura de violações de direitos humanos que, em abril de 2021, foram levadas à discussão ao Fórum Permanente da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo Alberto Ynuma, do povo Amahuaca, localizado na região de Madre de Dios, Peru, o governo peruano foi negligente com a pandemia do novo coronavírus e com o aumento de assaltos, de um lado, e da contaminação por mercúrio nas águas. Este é apenas um dos muitos sofrimentos vividos recente e historicamente pelos povos da floresta.

Todavia, é difícil imaginar que em algum outro país os ataques à Amazônia tenham sido tão amplos como no Brasil no presente. O governo Bolsonaro parece, no mínimo, pouco comprometido com a proteção do meio ambiente e de camponeses e populações tradicionais que habitam territórios cobiçados pelo agronegócio e pela mineração, evidenciando a seriedade das promessas feitas ainda durante a campanha eleitoral, em 2018. Como resultado, o que se observa no Brasil dos últimos anos é a expansão de desmatamentos, de incêndios florestais, na intimidação e assassinato de defensoras e defensores do meio ambiente e de direitos humanos (**veja o Quadro abaixo**), além de um desmonte dos aparelhos de fiscalização e combate a crimes sociais e ambientais.

A VIOLÊNCIA CONTRA DEFENSORAS E DEFENSORES DO MEIO AMBIENTE E DE DIREITOS HUMANOS

Segundo a Global Witness, para o ano de 2020, o Brasil possui o quarto maior registro de assassinatos de ativistas em todo o mundo, o que expressa os perigos em defender direitos humanos e ambientais no país, sobretudo na Amazônia.

Em 2022, o padrão parece ter sido mantido, havendo alguns casos de grande repercussão. Um destes casos é o **assassinato de uma família de ribeirinhos ambientalistas** ativos na preservação de quelônios, fundamentais para a manutenção da biodiversidade na região. O crime ocorreu em **São Félix do Xingu**, cidade com enorme histórico de mortes por conflitos fundiários.

Outro caso de grande repercussão foram os danos causados a populações **Yanomamis** pelo **garimpo ilegal**, como o **assassinato de uma menina de 12 anos e de um bebê**, que recebe grande aporte financeiro internacional. Todavia, este crescimento foi intensificado em 2022, tendo sido identificados 20.000 novos garimpeiros na Terra Indígena Yanomami (TIY). Devido ao garimpo ilegal, aumentaram os casos de malária, contaminação por mercúrio, prostituição de indígenas e outras violações extremamente graves, inclusive a morte de yanomamis, guardiões do seu território.

Um terceiro caso que chocou a todos foram **as mortes do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira**, ex-funcionário da FUNAI, onde coordenou a área de povos isolados. Mais recentemente, o ativista atuava na defesa do território e dos povos amazônicos junto à União dos Povos Indígenas do Vale do Javari. Embora as causas da fatalidade sejam ainda desconhecidas, as principais suspeitas pairam sobre a pesca e a caça ilegais realizadas próximas à região do Vale do Javari, onde há uma quantidade considerável de populações indígenas de contato inicial.

Os incentivos à destruição da natureza e as comunidades que a habitam são complementados pela desmobilização dos órgãos que deveriam estar defendendo-a. Segundo relatório da ASCEMA (Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente), *Cronologia de um desastre anunciado*, os servidores de órgãos de defesa socioambiental do governo federal, como o Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, ICMBio e SFB (Serviço Florestal Brasileiro) não apenas têm sofrido assédio institucional como têm sido perseguidos em meio ao desmonte e desestruturação destas autarquias. Além disso, o relatório aponta para o aumento da tramitação de medidas sigilosas no ICMBio, o que feriu "o princípio da transparência no serviço público, prevista na lei de acesso à informação".

Ainda segundo o relatório da ASCEMA, a reforma ministerial que ocorreu logo nas primeiras semanas do governo Bolsonaro deu o tom das mudanças institucionais que iriam ser desencadeadas a partir dali. As agências de proteção ambiental e de populações indígenas e tradicionais passam por uma profunda reestruturação, que enfraqueceu a sua atividade fim, isto é, a efetiva proteção da natureza e de comunidades indígenas e tradicionais. De um lado, a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas foi extinta, e outros órgãos como o SFB e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) foram parar no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A Agência Nacional de Águas (ANA), por sua vez, foi para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Isto é, não só se esvaziou o Ministério do Meio Ambiente (MMA), para o qual foi nomeado Ricardo Salles, condenado por fraude ambiental e notório pela frase "passando a boiada", como também se observa que este ministério passou a maior presença de ruralistas e, em menor escala, de policiais e militares sem qualquer experiência na área ambiental. No mesmo sentido, a FUNAI é deslocada do Ministério de Justiça e Segurança Pública para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, chefiado por

Damares Alves, uma das principais condutoras do governo de Jair Bolsonaro e protagonista de posições pouco sensíveis a populações indígenas.

Outras ameaças partem de outros ministérios, como o de Minas e Energia. Em março de 2019, quando visitava o Canadá, o ministro Beto Albuquerque anunciou para uma plateia de empresários do setor minerador que pretendia permitir a mineração em terras indígenas. No mês seguinte, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Secretaria-Geral da Presidência da República apresentou um esboço do "Projeto Barão do Rio Branco", cujo objetivo é ocupar parte da Amazônia através de projetos de infraestrutura e outros investimentos que supostamente trariam desenvolvimento econômico à região. Isto é, há um claro aceno de membros do poder executivo brasileiro a projetos que fortalecem não só os projetos de logística como também os setores que produzem as mercadorias que se pretende transportar em escala crescente da Amazônia para o mundo, sobretudo as ligadas à mineração e ao agronegócio.

Como resultado das dinâmicas descritas acima, entre janeiro e agosto de 2019, o que se verificou foi, segundo os dados do INPE, um aumento de 82% das queimadas com relação a 2018. Ao mesmo tempo, não apenas as multas do Ibama por desmatamento caíram 23% nos seis primeiros meses de 2019, como também houve uma série de insinuações de que as queimadas estavam sendo realizadas por ONGs. Assim, foram sendo encadeadas uma série de medidas formais e promessas informais de impunidade a violações ambientais que promovem a atividade de grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros sobre áreas de proteção. Mais que isso, há indícios de que incentivos do governo federal brasileiro estão associados ao avanço das queimadas e desmatamento recordes não só na Amazônia, mas também no Pantanal, alcançando novos recordes de desmatamento. 63% dessas regiões devastadas são tradicionalmente transformadas em pastos, deixando um rastro de destruição enorme e que, mantido o ritmo do desmatamento, pode provocar danos irreversíveis, como apontado na seção anterior deste relatório.

Em suma, a reestruturação das agências e ministérios, de um lado, e os incentivos do poder executivo, de outro, parecem estruturar uma lógica que, ao mesmo tempo em que beneficia o agronegócio e outros setores extrativistas, agride o meio ambiente. Mais que isso, esta intervenção sobre os territórios amazônicos compromete mesmo a sua existência, o que significa que se

ameaça de morte não só a floresta, entendida aqui como a sua flora, a sua fauna e os seus demais recursos naturais, mas também os povos indígenas e outros povos tradicionais.

As respostas oriundas do meio empresarial, do setor público e mesmo de organismos multilaterais, baseadas em promessas de desenvolvimento "verde" são uma incógnita. Isto é, na sua maioria, não existem maiores detalhes sobre o que se entende por "sustentável" nem há qualquer discussão profunda com populações indígenas e tradicionais sobre o que elas desejam. Avançar sobre estes temas é absolutamente central para entender os riscos oferecidos por estes projetos, como se verá nas duas seções que seguem abaixo.

PACTO DE LETÍCIA

O Pacto de Letícia foi assinado no dia 6 de setembro de 2019 pelos presidentes de Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname na cidade de Letícia, Colômbia. Estes Estados não apenas se comprometeram por zelar pela soberania dos territórios e recursos naturais, o que incluiria o uso sustentável dos mesmos, como também afirmaram a necessidade de buscar recursos financeiros complementares aos bancos multilaterais para alcançar seus objetivos.

Para nossos propósitos, é importante destacar dois aspectos. O primeiro deles se refere à ausência de uma definição do que se entende por sustentável. A ausência de definição clara e objetiva expõe a risco as comunidades tradicionais que preservam o ambiente e não possuem garantias de consulta e participação na definição do futuro de seus territórios. O segundo se refere à falta de clareza sobre quais recursos financeiros seriam buscados para além das instituições financeiras. Esta lacuna expõe o território amazônico a interesses porventura não condizentes com objetivos de sustentabilidade socioambiental, tal como defendido pelas populações indígenas da região. Observa-se que o texto do pacto afirma que ao menos parte da luta contra o desmatamento e a degradação ambiental será baseada em políticas nacionais e nos seus respectivos marcos regulatórios, o que não garante de forma plena que este compromisso será perseguido com determinação - e um exemplo que ilustra este risco são os ataques crescentes do poder executivo do Estado brasileiro desde 2019, como destacado na seção imediatamente anterior a esta. Deve-se frisar que as

tratativas e os consequentes objetivos do Pacto não contaram com transparência ou participação democrática, principalmente de comunidades tradicionais e demais defensores da Amazônia.

Embora o Pacto de Letícia avance sobre propostas fundamentais relacionadas à proteção do meio ambiente e das comunidades amazônicas, não existem garantias de que ele esteja associado à execução de projetos que, de fato, beneficiem a natureza e os povos tradicionais. Pelo contrário, o texto coincide com afirmações do então presidente Jair Bolsonaro, para quem o combate às queimadas requer a modernização de técnicas agrícolas de populações indígenas e trabalhadores rurais da região. Isto é, o texto sugere que os principais responsáveis pelo desmatamento na Amazônia seriam justamente as populações tradicionais, inclusive os povos indígenas, considerados pela ONU como os seus verdadeiros protetores.

Desde a assinatura do Pacto de Letícia e o momento presente, não houve redução das queimadas na Amazônia. Como adiantamos mais acima, 2021 foi o terceiro ano seguido em que as queimadas na Amazônia brasileira chegaram a novos recordes. Mais além, destacamos também que, segundo um estudo recente liderado por Marlene Quintanilla, algumas regiões da Amazônia, sobretudo no Brasil, onde a floresta se encontra mais degradada, já chegamos a um ponto de não retorno. Isso significa não apenas que o Pacto de Letícia não alcançou seus objetivos – isto é, não reduziu o desmatamento na Amazônia – como também indica que ele pode ter surgido já tarde demais.

Um outro problema potencial do texto que fundou o Pacto de Letícia são as suas intenções de desenvolver atividades de educação e criação de consciência sobre a "função da Amazônia". Como em outras passagens do texto, não há qualquer referência mais aprofundada sobre quais seriam estas atividades, tampouco qual seria a função da Amazônia. Diante da incerteza fundamental que o documento impõe ao leitor, nos resta apenas questionar, dentre outras coisas, o que se entende por consciência sobre a "função da Amazônia" e quais seriam as populações que fariam parte deste processo educativo.

Outro destaque seria a ausência da Venezuela, o que compromete o

combate à mineração ilegal, dado que parte considerável desta prática, cujos efeitos ambientais tendem a atingir áreas muito grandes, ocorre em território venezuelano. De tal modo, a própria concepção de combate internacional ou, de outro modo, transfronteiriço à destruição da floresta e dos seus povos perde força e compromete toda a estratégia.

Em suma, o significado concreto deste pacto ainda levanta uma série de questões que estão por ser respondidas - e as comunidades amazônicas necessitam de uma resposta com urgência, afinal, é a sua vida e a sua harmonia com a natureza que estão em jogo.

PROGRAMA ESTRATÉGICO SEMENTES [5]

Primeiramente, é importante destacar que a Iniciativa Amazônica é o resultado de um esforço dos países amazônicos que compõem o Pacto de Letícia. Mais precisamente, no Segundo Encontro Presidencial do Pacto de Letícia, realizado no dia 11 de agosto de 2020, solicitou-se ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que fosse estabelecida e administrada uma iniciativa e um fundo de financiadores para executar os objetivos apresentados na carta fundante do Pacto de Letícia, assim como que se organizasse os arranjos constitucionais subjacentes. Dessa maneira, portanto, nasceu a Iniciativa Amazônica, cuja primeira fase se pretende executar em cinco anos.

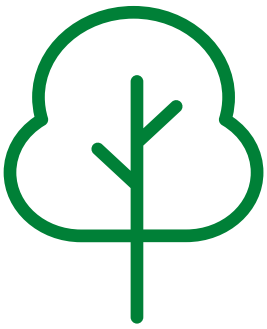
Segundo informações da organização não-governamental Bank Information Center (BIC), esta primeira fase seria denominada Programa Estratégico Sementes (PES). O PES já possui uma previsão orçamentária para um período de cinco anos, somando US$20 milhões, e possui quatro eixos: (i) bioeconomia; (ii) agricultura, pecuária e manejo florestal sustentáveis; (iii) capital humano (saúde, educação e emprego); (iv) infraestrutura e cidades sustentáveis. O PES será implementado em coordenação com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Estes 4 eixos centrais fundamentarão a construção de políticas sustentáveis do ponto de vista social e ambiental na Amazônia. O problema, porém, reside na ausência de informações que assegurem que estes

[5] O nome integral do programa é *Programa Estratégico Sementes/Transitório Para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Financiado com Capital Ordinário.*

eixos respeitarão as vidas de povos indígenas, de afrodescendentes e todas as demais comunidades que habitam a floresta. Mais que isso, não existe qualquer indício de que estas populações tenham sido sequer consultadas para a construção do projeto nem dos instrumentos que o operacionalizam, o que se reflete nas propostas do PES. Embora se tenha reconhecido a necessidade de articular as várias perspectivas sobre o que é desenvolvimento, o Programa Sementes se orienta apenas por uma visão mercantil dos recursos naturais da floresta, o que pode estar em desacordo com os planos das populações locais para si e para o seu território.

Trechos do texto que oferecem sugestões para a "gestão sustentável dos hábitos da floresta" revelam um posicionamento contrário à compreensão de que as populações locais são a melhor maneira de preservar a Amazônia. O PES não apenas destaca as técnicas agrícolas e de criação de animais das populações tradicionais como responsáveis pelas queimadas na região e, pois, pela piora das condições climáticas no planeta, como ressalta que a solução para este problema residiria no aprofundamento da agricultura e da pecuária intensivas em tecnologia e, pois, em capital. Segundo o documento do BID, a expansão do agronegócio na região traria ainda outros benefícios sociais e econômicos, como o aumento das exportações de commodities e a geração de empregos. Estas propostas desconsideram que a forma de trabalho mercantil a que se faz referência pode representar o avanço de formas de organização econômica e social com um potencial significativo para desagregar os laços comunitários das populações tradicionais e, pois, a sua condição de guardiões da Amazônia.



É interessante notar que o PES, além de contar com vários instrumentos, modalidades e produtos financeiros oferecidos pelo Grupo BID[6], estará fortemente baseado no uso de cooperações técnicas, que são instrumentos de assessoria direcionados a órgãos executivos e autarquias do setor público. De forma sucinta e de acordo com as próprias palavras do texto, estes instrumentos cumpririam o objetivo de formar "massa crítica", isto é, de colaborar para a criação e expansão de empreendimentos financeiramente robustos, o que exigiria uma menor quantidade de recursos nas demais fases da Iniciativa Amazônica.

As cooperações técnicas são esforços para orientar a atuação do setor público dos países prestatários do BID, indo desde a assistência na construção de políticas sociais até uma participação mais direta em obras do setor de transportes e energia. De tal modo, o PES se mune de instrumentos com uma grande capacidade de interferir na realidade social e ambiental/ecológica da Amazônia. Esta iniciativa se arma de instrumentos capazes de intervir diretamente através de projetos de infraestrutura e outros, assim como pode atuar através da proposição de políticas públicas e outras sugestões técnicas a órgãos públicos nas áreas de educação, governança ambiental, hídrica e agrária, e outras mais. Há a possibilidade, portanto, de se degradar tanto o meio ambiente e, pois, as condições de vida que dependem destes territórios, como também existe um risco de alteração da normativa que regula a organização do imenso espaço amazônico em favor de aspirações que não necessariamente correspondem aos interesses das comunidades locais. Afinal, estas populações não foram ouvidas nem participaram de qualquer outra maneira da construção deste documento, o que constitui evidente violação da Convenção 169 da OIT e da Declaração da ONU sobre o Direito ao Desenvolvimento. As enormes lacunas que constituem o processo de consulta tornam as menções ao caráter inclusivo dos planos de desenvolvimento para a Amazônia pouco mais do que uma alegoria discursiva. Isto é, a ausência de consulta que represente a diversidade dos povos que habitam a Amazônia, o que contraria as próprias salvaguardas do Grupo BID, deveria levar à suspensão de todos os projetos sob o guarda-chuva da Iniciativa Amazônica. Mais que isso, sua retomada deveria ser

[6] O Grupo BID é formado pelo BID, pelo BID Lab e pelo BID Invest.

condicionada à consulta e ao consentimento das populações indígenas e comunidades tradicionais amazônicas.

Destaca-se também que, caso esses riscos potenciais sejam confirmados, existe a possibilidade de que o modo de vida e território de comunidades tradicionais sejam profundamente degradados, podendo levar não só a processos de proletarização e marginalização, como também a um aumento de outras graves consequências sociais, culturais e econômicas. Do ponto de vista ambiental, como mencionado na seção 2.a) deste relatório, que aborda o IPCC, a crise climática caminha rapidamente a um ponto de inflexão em que a recuperação ambiental será impossível. Esta iniciativa do BID, portanto, pode contribuir para a irreversibilidade da destruição ambiental da Amazônia.

Por fim, destaca-se que a primeira fase quinquenal da Iniciativa Amazônica conta com outros dois mecanismos de financiamento à parte dos projetos que já compõem a carteira do Grupo BID e que estão direcionados à região amazônica. Estes mecanismos são (i) o Fundo de Bioeconomia da Amazônia e (ii) o Fundo de Doadores Múltiplos para a Bioeconomia e Florestas da Amazônia, para o qual já se conta com um financiamento rastreado pelo Sistema de Alerta Prévio.

O primeiro destes mecanismos, autorizado pelo Diretório Executivo do BID em fevereiro de 2022, conta com um aporte de US$279 milhões do Fundo Verde do Clima (FVC). Além disso, este mesmo projeto do FVC indica a existência de outros US$329,1 milhões, porém sem informar a sua origem. Neste sentido, destacamos que, até o momento, o BID tampouco publicou informações específicas sobre o Fundo de Bioeconomia para a Amazônia. A única informação sobre o mesmo ainda se restringe no documento mais amplo publicado pelo banco sobre a Iniciativa Amazônica enfocado no Programa Sementes, onde se informa que o objetivo do fundo é fomentar o investimento privado em bioeconomia. Mais especificamente, este documento afirma que o fundo cumpre o papel de atrair capital privado para a "valorização do capital natural e dos ativos florestais", sem qualquer referência adicional que nos permita compreender o que o banco compreende por "capital natural" e "ativos florestais". Não há evidências,

portanto, que o Fundo para a Bioeconomia da Amazônia não representa qualquer risco aos modos de vida dos povos tradicionais, baseados em uma relação com a natureza muito diferente da valorização mercantil como eixo da sua vida. Pelo contrário, enquanto não houver participação destas populações na elaboração e execução do fundo, há um risco considerável de que a ideia de capital ofereça o risco de mercantilizar a natureza e os corpos que ali vivem. Este fundo pode representar uma ameaça aos modos de vida tradicionais, na medida em que pode representar não apenas uma alteração no uso do território a partir da mercantilização da natureza, mas do próprio caráter do trabalho e de outras relações sociais. Como exemplo do que dizemos, recordamos que o texto ressalta como positiva a possibilidade de criação de empregos formais em uma região que conta com uma presença muito grande de trabalho comunitário, diametralmente oposto ao trabalho especializado de uma economia de mercado.

O segundo deles, uma aliança entre o banco e os governos da Alemanha e dos Países Baixos, autorizado pelo Diretório Executivo do BID em novembro de 2022, também carece de informações específicas no site do BID. Uma das poucas informações oferecidas pelo BID atesta que este fundo consiste em um complemento ao Programa Sementes, onde se afirma que o fundo foca em três áreas temáticas: (a) bioeconomia, (b) gestão florestal sustentável e (c) uso sustentável da terra. Ainda assim, pairam dúvidas sobre o que o banco entende por ser "sustentável", o que seria bioeconomia, quais as propostas para o uso da terra, sobretudo no que diz respeito às atividades agrícolas e pecuárias. Algumas sugestões sobre as direções destas linhas genéricas podem estar em uma nota do banco, divulgada em novembro de 2021, onde se afirma haver atenção especial com cadeias de valor e cadeias de suprimento. Além disso, destacamos que este fundo também não é acompanhado de nenhuma avaliação sobre os impactos destas atividades às populações locais, que devem ter garantidos o seu direito ao desenvolvimento tal como destacado na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento da ONU. Apenas se afirma que a aliança fará esforços para empoderar populações indígenas e comunidades locais.

LEAF

A Coalizão LEAF anunciada em 22 de abril de 2021 na Cúpula de Líderes Climáticos corresponde a uma nova iniciativa público-privada. Isto é, contou tanto com atores públicos como privados, tendo sido inicialmente liderada pelos governos da Noruega, Reino Unido e Estados Unidos e um grupo de grandes empresas internacionais, tais como Amazon, Airbnb, Bayer, Boston Consulting Group, GSK, Mckinsey, Nestlé, E.On, Salesforce e Unilever. Segundo informações da própria iniciativa, já foram mobilizados US$1 bilhão para "proteger florestas tropicais".

A LEAF diz ter como intuito compensar os esforços de redução do desmatamento apresentados por governos nacionais e subnacionais (estados) que possuem essas florestas. A jurisdição participante receberá o pagamento após apresentar resultados de redução de desmatamento e degradação ambiental. A sigla LEAF significa Reduzindo Emissões por meio da Aceleração de Financiamento Florestal (*Lowering Emissions by Accelerating Forest Finance*). As propostas apresentadas devem atender aos requisitos do padrão ART-TREE [7]. A coordenação administrativa da Coalizão LEAF e a plataforma para realização das transações é de responsabilidade da organização estadunidense Emergent. Segundo informações da coalizão, 35 jurisdições apresentaram propostas no ano de 2021, sendo que 23 passaram pelo processo de triagem - incluindo propostas advindas de países amazônicos. Cada proposta deve ter como objetivo mostrar resultados de redução do desmatamento e degradação entre 2022 e 2026.

No entanto, a LEAF é uma nova aposta no mal sucedido mercado de crédito de carbono através do qual ocorrem compras e vendas futuras de unidades de redução de emissões de carbono. O país fornecedor (participante com floresta tropical ou subtropical) comprova pelos requisitos do padrão ART-TREES a redução do desmatamento, a qual é convertida em unidades de Redução de Emissões (REs) de gases causadores do efeito estufa. Cada RE representa 1 tonelada métrica de CO2 ou CO2 equivalente e poderá ser negociada por pelo menos US$10 cada. Os compradores

[7] O padrão ART corresponde à medição, monitoramento, relato e verificação de reduções e remoções de emissões do setor florestal. É o Padrão de Excelência do REDD+ (Programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação proposto e formalizado pela convenção do Clima das Nações Unidas), conhecido como TREES (The REDD+ Environmental Excellent Standard).

participantes (países ricos e empresas privadas) devem adquirir pelo menos 100 milhões de toneladas métricas de CO2 (ou de REs) ao preço mínimo de U$10 por tonelada. Estes certificados de reduções podem ser revendidos pelos participantes compradores. As reduções de emissões devem corresponder ao prazo de validade da iniciativa (entre 2022 e 2026) e a mesma indica que, posteriormente, os compradores considerem o comércio de carbono já vigente TREES para dar continuidade à demanda.

A iniciativa da Coalizão é nitidamente um incentivo à expansão do mercado de crédito de carbono e, segundo seus participantes, tem o objetivo ambicioso de contribuir substancialmente com as metas globais do Acordo de Paris, entre elas estão acabar com o desmatamento tropical até 2030 e limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Mas o objetivo não é só ambicioso, como improvável. Primeiro, para não haver um aquecimento global acima de 1,5°C, necessitaríamos interromper bruscamente todas as emissões de gases do efeito estufa e, além disso, captar carbono da atmosfera. Todavia, isto sequer é vislumbrado pelos países mais ricos e grandes corporações que integram o LEAFs e outras iniciativas similares. Segundo o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, o sexto relatório do IPCC é "uma coletânea de promessas climáticas quebradas... um arquivo de vergonha".

A principal causa das mudanças climáticas no globo é a queima de combustíveis fósseis, e as atividades relacionadas a este processo, como a geração de energia. Mas o esforço de combate ao aquecimento global tem se concentrado nas estratégias de redução do desmatamento nos países periféricos através de propostas de conservação da biodiversidade e de redução da pobreza. No entanto, como resultado, verifica-se maior degradação ambiental, aumento da segregação social e intervenção sobre áreas florestadas e suas respectivas populações e territórios nos países periféricos.

No mais, para acabar com o desmatamento em países periféricos seria necessário mudar a racionalidade predatória, que é atravessada por questões políticas, e, assim, reduzir a expansão de atividades que possuem diversos impactos ambientais e sociais como grandes expansão de monocultivos e extrativismo vegetal e mineral. Em termos de impacto socioambiental, no Brasil, por exemplo, segundo a Comissão Pastoral da Terra (2020) o número de conflitos ambientais (disputas por terra, água e trabalhistas) no campo relacionados à

atividade de mineração e expansão das grandes produções agropecuárias aumentou radicalmente neste século. Só no ano de 2016 foram registrados 1536 casos de conflitos e em 2018 foram assassinados 135 indígenas, sendo que mais 110 de suas terras foram invadidas neste mesmo ano. Além disso, observa-se que entre 2000 e 2016 houve 2966 identificações de trabalho escravo no campo. Em termos ambientais, quase 20% das exportações de soja e mais de 17% das exportações de carne bovina são provenientes dos biomas Amazônia e Cerrado, estão relacionados ao desmatamento ilegal e são enviados à União Europeia. Os autores mostram também que 2% das propriedades rurais da Amazônia e Cerrado são responsáveis por 62% do desmatamento ilegal nesses biomas.

Importante ressaltar também que a lógica de ampliação de mercado proposta pela Coalizão LEAF possibilita que grandes poluidores compensem suas emissões ou, de outro modo, que diminuam sua responsabilidade sobre as mudanças climáticas, mas não contém regras detalhadas de como a proposta deve contribuir diretamente com as comunidades locais e indígenas que são responsáveis pela manutenção das florestas tropicais. No documento de chamada de propostas consta, de forma simples e sem especificações, que a jurisdição selecionada deve garantir a participação plena e efetiva das partes interessadas relevantes, em particular, povos indígenas e comunidades locais. Além disso, o fato do "apoio" corresponder ao pagamento de resultados incentiva a realização de projetos privados, ou seja, daqueles que possuem recursos para a execução, em detrimento de comunidades que são desprovidas de recursos financeiros e que muitas vezes sequer tiveram suas terras reconhecidas pelo Estado.

Por fim, destaca-se que a aposta no mercado de crédito de carbono não é só improvável para conter as mudanças climáticas, como também para reduzir desigualdades. Até hoje, desde sua ratificação no protocolo de Kyoto em 1997, o mercado de crédito de carbono não logrou contribuir para a redução do aquecimento global. Ele se mostra apenas como uma saída de expansão do capital financeiro que já domina a economia mundial e amplia desigualdades. É um canal de fluxo de valorização financeira que impulsiona a mercantilização da natureza na medida em que os direitos sobre o seu uso são transformados, na maioria das vezes sem o consentimento das comunidades que vivem e preservam o

território, em serviços e pacotes financeiros negociáveis (água, serviços ecossistêmicos, ar/carbono, e outros tantos mais). De tal modo, abstrai-se a relevância das comunidades para a manutenção da vida. Nem mesmo o maior exemplo que temos do mercado de comércio de emissões de carbono da União Europeia deu certo na prática. Ele colapsou até mesmo em termos de viabilidade econômica.

Na prática, a iniciativa Coalizão LEAF não traz uma proposta inovadora e que, como efeito negativo, pode contribuir com a ampliação dos problemas ambientais e sociais das regiões com florestas tropicais e subtropicais.

DADOS SOBRE PROJETOS FINANCIADOS POR IFIS

Esta última seção do texto apresenta uma análise dos projetos destinados à Amazônia desde 01 de janeiro de 2020 até 30 de junho de 2022. Através do Sistema de Alerta Prévio (SAP), monitoramos todos os projetos financiados por 16 Instituições Financeiras Internacionais (IFIs). Mais especificamente, os 8 países que têm parte de seu território na Amazônia (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela), foram monitorados, sendo que apenas os projetos direcionados à Amazônia foram selecionados[8] e incluídos na lista, que segue abaixo. Foram encontrados 70 projetos no total.

TABELA 1 – LISTA DE PROJETOS DE IFIS MONITORADAS PELO SAP NA AMAZÔNIA

Nome do Projeto	Cliente	Banco	Custo Total do Projeto (US$ mi)	Valor do Investimento (US$ mi)
1) Zif col-PE. Estabelecimento da cadeia de valor binacional da piscicultura no rio Amazonas de Zif Colômbia - Peru	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Não disponível	0,5
2) Fundo de Carbono FCPF. Programa de reduções de emissões do Peru	Governo do Peru	Banco Mundial (BM)	32	32
3) Gestão de bacias hidrográficas integradas da bacia do rio Putumayo-ica	Regional	Banco Mundial (BM)	12,84	12,84

[8] Esta seleção foi realizada a partir da identificação de algumas palavras-chave, como "Amazônia" e nomes de cidades, estados, províncias, departamentos e regiões localizadas total ou parcialmente na Amazônia. Estas palavras foram buscadas em todos os campos de pesquisa do Sistema de Alerta Prévio (SAP), como "Nome do Projeto", "Descrição do Projeto", "Local", etc. Aqui se observa que a identificação do local, informação básica, está ausente na grande maioria dos projetos monitorados pelo SAP, evidenciando de forma alarmante os problemas na política de acesso à informação de todas as IFIs monitoradas.Também verifica-se que por vezes os valores de investimento ou o valor total do projeto a receber investimentos da instituição financeira pública não é informado.

4) Programa Municipios Sostenibles	Governo do Brasil	Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	-	50
5) Construção da rodovia Porvenir-El Choro Tramo III: El Sena-Pena Amarilla y Tramo IV: Pena Amarilla-El Choro	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	-	158
6) Construção da rodovia Santa Cruz-Las Cruces-Buena Vista	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	212	112
7) Programa de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Estado de Tocantins	Governo do Brasil	Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF)	-	72
8) Programa para o desenvolvimento da eficiência energética em sistemas de iluminação de rua na Bolívia	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	97,08	57,8
9) Instalação Nama: intensificação da cadeia de suprimentos de carne na Amazônia brasileira	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	11,63	11,63
10) Zif col-PE. Desenvolvimento da cadeia de valor binacional de cacau cultivado e nativo no trapezóide da Amazônia Peruana-Colombiana	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,2	0,2
11) Apoio à preparação do programa social e ambiental dos igarapés de Manaus e Interior - Prosamim IV	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,3	0,3
12) Projeto de modernização de gerenciamento fiscal para o estado de Mato Grosso - Profisco II - MT	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	56,28	56,28

13) Organização de apoio LATINOSAN Santa Cruz de la Sierra 2022	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,2
14) Troca de conhecimento: organizações comunitárias indígenas	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,02	0,02
15) Programa para aumentar o financiamento do investimento privado na Amazônia peruana - Oportunidade de alavancar a bioeconomia	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	20	20
16) Zifec - Apoio para a construção de chiles	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,6	0,6
17) BELÉM SL	Governo do Brasil	Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês)	0,65	0,65
18) Fundo de Assistência Técnica: Programa para aumentar o financiamento de investimentos privados na Amazônia peruana - Oportunidade de alavancar a bioeconomia	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	3
19) Projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia brasileira - Fase 2	Fundo Brasileiro de Biodiversidade (Funbio) e Conservação Internacional (CI Brasil)	Banco Mundial (BM)	-	19,3
20) Programa para apoiar o setor de saúde para conter e controlar o coronavírus e mitigar seu efeito na prestação de serviços em municípios na fronteira com o Equador	Governo da Colômbia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	3,5
21) PARÁ II - Infraestrutura de transporte para desenvolvimento regional	Governo do Brasil	Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	190	153

22) AF (2) Conservação e Sustentabilidade Florestais no coração da Amazônia colombiana	Governo da Colômbia	Banco Mundial (BM)	18,37	18,37
23) Plano de contingência para a proteção da saúde em povos indígenas altamente vulneráveis no contato inicial	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,5
24) Modernização da gestão fiscal do estado de Rondonia - Profisco II Ro	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	30,81	27,73
25) Apoie os BNDes na preparação de projetos de parceria público-privada para gestão florestal sustentável no Brasil	BNDES	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,6	0,3
26) Programa para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia peruana	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	2
27) Plano de ação regional para água potável, saneamento básico e organização de gerenciamento de resíduos sólidos do tratado de cooperação da Amazônia	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,65
28) Segundo DPF programático para sustentabilidade ambiental e de sustentabilidade da Amazônia	Governo do Brasil	Banco Mundial (BM)	-	120
29) Projeto de Produção Agrícola e Paisagem Sustentável	Governo do Brasil	Banco Mundial (BM)	200	200
30) LETICIA - Inteligência artificial e análise de dados semânticos como modelo para gerenciar plataformas digitais do laboratório de BIDs	Governo da Colômbia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,3

31) Castanha peruana da Amazônia para o mundo	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1,33	1
32) Castanha peruana da Amazônia para o mundo	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,25
33) Itau Unibanco S.A.	Itau Unibanco S.A.	Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC)	500	400
34) Pará - Melhorando a eficiência e expandindo a educação profissional	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	115	115
35) Tecnologia e inovação para fechar a lacuna de financiamento de conservação na bacia da Amazônia. O piloto da Heroncia Colômbia	Governo da Colômbia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	2,5	1
36) ECOMICRO - Transformando a cadeia de valor florestal em territórios indígenas da Bolívia com diversificação de riscos e inclusão financeira inteligente do clima	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,7	0,7
37) Região Bacia do Putumayo	Regional	Banco Mundial (BM)	-	1
38) Amaggi Algodão Sustentável	Andre Maggi Participações S/A	Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês)	180	180
39) Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior - Prosamin	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	80	80
40) Refi Rumicha - Pasto 4G Toll Road	Concesionaria Unión del Sur SAS	BID Invest	-	102,37

41) Agricultura de baixo carbono para desmatamento evitado e redução da pobreza Fase II - fortalecendo as cadeias de valor sustentável na Amazônia	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	9,63	9,63
42) Estruturando uma cadeia inovadora de valor de artesanato para a população indígena migrante Warao	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,54	0,25
43) Programa de Desenvolvimento de Saneamento para Pará - Prodesan Pará	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	100	100
44) Financiamento para a Amazônia: fortalecendo o ecossistema financeiro para bionegócios na Amazônia (FINAM)	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,3	0,3
45) Apoiar a expansão da carteira de crédito para pequenas e médias empresas ("PME") do Banco BTG Pactual S.A.	Banco BTG Pactual S.A.	Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC)	400	300
46) Fundo de bioeconomia da Amazônia: Desbloqueando o capital privado valorizando produtos e serviços de bioeconomia com resultados de mitigação e adaptação climática na Amazônia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Fundo de Clima Verde (FVC)	598,1	279
47) Inovações para o desenvolvimento sustentável da Amazônia do Brasil	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1,2	0,45
48) Projeto de Modernização de Gerenciamento Fiscal para o Estado da Amazonas - Profisco II AM	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	41	41

49) DCM Pichincha GB	Banco Pichincha CA	Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês)	50	50
50) Transformando a cadeia de valor florestal em territórios indígenas da Bolívia com diversificação de riscos e inclusão financeira inteligente do clima	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1,3	1
51) Acelerador e Fundo de Investimento ReGenerate Amazonia (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname)	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	3,19	2
52) Assistência humanitária para o terremoto no Peru nos departamentos de Amazonas, Cajamarca, Loreto e San Martin	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,2
53) Digitalização da juventude indígena para aumentar o emprego e o empreendedorismo	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	1
54) Ciência, tecnologia e inovação para proteger a biodiversidade da bacia da Amazônia	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	1,5	1,5
55) Projeto Porto São Luís	TUP Porto São Luís S.A.	Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	523	300
56) Para Projeto de Municípios Sustentáveis	Governo do Brasil	Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	125	50
57) Banco Sofisa, S.A.	Banco Sofisa S.A.	Corporação Financeira de Desenvolvimento Internacional dos EUA (DFC)	56,3	45

58) Empréstimo do Equador BPC	Banco Procredit S.A.	Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês)	25	25
59) Apoio ao Equador para o desenho e avaliação das intervenções da Iniciativa da Amazônica	Governo do Equador	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,45	0,45
60) RECUPERANDO AS PERDAS DE APRENDIZAGEM DA PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL	Governo do Brasil	Banco Mundial (BM)	250	250
61) Ruta al Sur	Ruta al Sur	BID Invest	-	150
62) Bio-cidades da Amazônia no Brasil: soluções para um futuro sustentável	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,4	0,4
63) Plano do Governo do Estado do Pará: Plano Amazonia Amazônia Agora: Estruturando o Programa de Pagamento de Territórios Sustentáveis por Serviços Ambientais por meio de um pagamento pelo mecanismo de resultados. (Parapsa)	Governo do Brasil	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,5	0,5
64) Programa de conectividade e desenvolvimento territorial para a Bolívia	Estado Plurinacional da Bolívia	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	47,4
65) Mercado de bioeconomia da Amazônia	Regional	BID Invest	1,23	0,93
66) Desenvolvimento sustentável na Amazônia com uma perspectiva de gênero e diversidade	Regional	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	0,5	0,5

67) Coica 80x25 - fortalecimento institucional	Coica	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,35
68) Fortalecendo as cadeias de valor sustentável das comunidades nativas na Amazônia peruana	Governo do Peru	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,35
69) Alias: uma plataforma de investimento de inovação para bioeconomia regenerativa no Equador	Governo do Equador	Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	-	0,3
70) Marfrig Global Foods	Marfrig	BID Invest	157	43

Fonte: Sistema de Alerta Prévio

* O símbolo "-" corresponde a informações não publicadas pela instituição financeira ao tempo da construção da presente análise.

Porém, antes de apresentar a análise dos projetos, destacamos rapidamente algumas das características do SAP, ferramenta utilizada para monitorar projetos financiados por 16 das IFIs mais influentes no mundo.

SISTEMA DE ALERTA PRÉVIO

As informações desta seção derivam do Sistema de Alerta Prévio (SAP), e que, na América Latina e Caribe, é co-administrado por outras 8 organizações: International Accountability Project (IAP), Instituto Maíra, Sustentarse, Fundación para el Desarrollo de Políticas Sustentables (FUNDEPS), Colectivo sobre Financiamiento e Inversiones Chinas, Derechos Humanos y Ambiente (CICDHA), Cohesión Comunitaria e Innovación Social AC (CCIS), Red de Comunidades Impactadas por IFIs (RED) e Plataforma Internacional Contra la Impunidad (PICI).

O SAP atualmente monitora 16 Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) com o intuito de informar comunidades e organizações engajadas na defesa de seus direitos, por vezes potencialmente impactados por políticas e projetos que chegam à sua região. Isto é, a partir do rastreamento de projetos, o objetivo é tentar prevenir violações de direitos humanos e ambientais em cooperação com comunidades potencialmente impactadas.

Com relação às possibilidades de seu monitoramento, destaca-se que o Sistema de Alerta Prévio rastreia uma série de informações publicadas nas páginas oficiais dos projetos. Dentre estas informações, destacamos a descrição do projeto, os setores de atividade econômica, os fundos vinculados ao projeto, a classificação de risco socioambiental, país, mutuário/cliente e outras categorias disponíveis no Glossário. Estas informações são fundamentais para que comunidades sejam alertadas sobre potenciais impactos e possam, assim, defender seus territórios e lutar por suas prioridades. O presente documento expressa uma das possibilidades de prevenir violações socioambientais na medida em que apontamos para tendências que podem alertar outras organizações da sociedade civil e comunidades por toda a América Latina e o Caribe.

Para tanto, apresentaremos tanto um perfil panorâmico das tendências gerais de mercantilização do território amazônico como uma análise de alguns setores que consideramos mais problemáticos, o que será seguido de uma breve análise de casos concretos.

OS ALVOS DAS IFIS NA AMAZÔNIA

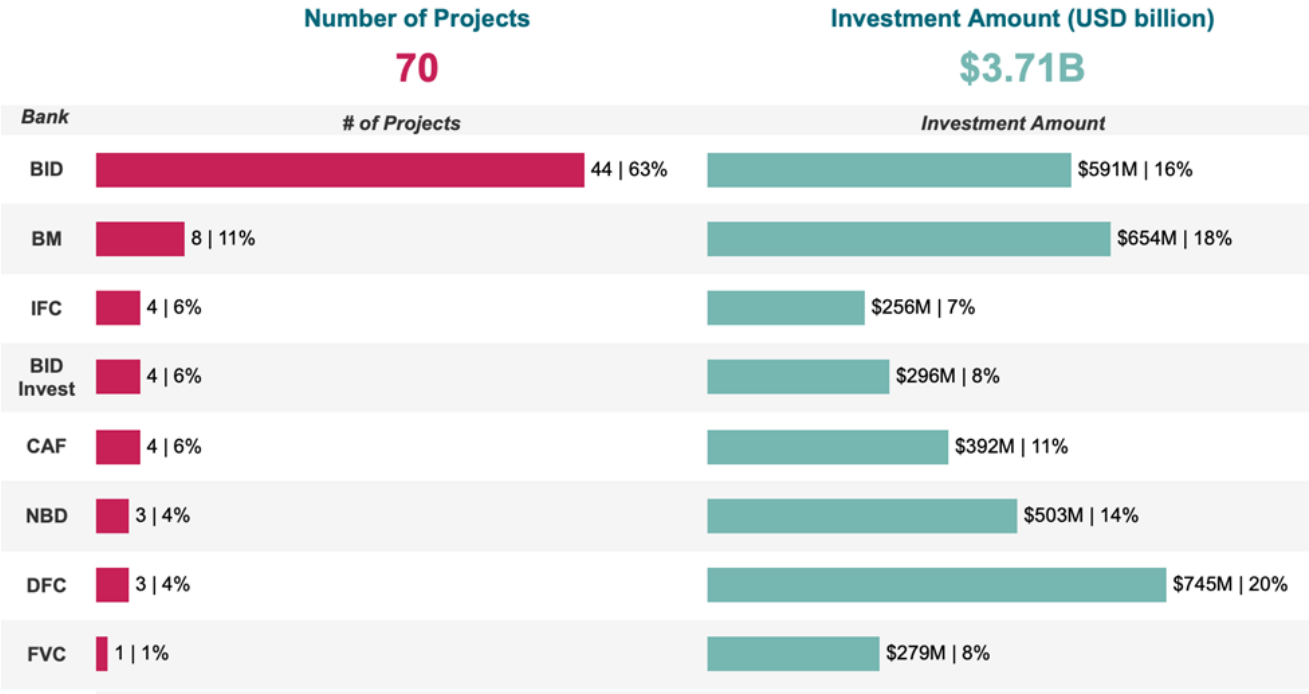
Como mencionado, o lapso temporal de nossa análise filtrou um total de 70 projetos para a Amazônia. Dentre as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) rastreadas pelo Sistema de Alerta Prévio, algumas se destacam no financiamento de projetos na Amazônia: as do Grupo BID e o Grupo Banco Mundial[9]. Nenhuma outra instituição ou grupo conjugou uma participação tão grande em termos de número de projetos e fundos aplicados quanto elas, embora outras IFIs também tenham investido de maneira intensa na região, como o DFC e o Fundo Verde do Clima (FVC).

No recorte temporal desta análise, o Grupo BID concentra a maioria dos projetos na região, o que se deve ao elevado número de cooperações técnicas (CTs). Dos 44 projetos publicados pelo BID, 25 são CTs. Estes serviços de assessoria costumam estar articulados à elaboração de políticas públicas, indicando que a importância do Grupo BID para a região vai para além da

[9] O Sistema de Alerta Prévio (SAP) monitora duas instituições financeiras do Grupo BID: o BID e o BID Invest. Por outro lado, o SAP monitora três instituições financeiras do Grupo Banco Mundial: o IFC, o MIGA e o Banco Mundial, lembrando que esta última é composta por duas instituições, o BIRD e o AID.

soma dos recursos financeiros associados aos projetos, sobretudo num contexto em que as CTs ganham destaque como mecanismo pelo qual o o BID opera o Programa Estratégico Sementes (PES).

GRÁFICO 3 - TOTAL DE FUNDOS E QUANTIDADE TOTAL DE PROJETOS POR IFI



Fonte: Tableau construído através de dados do Sistema de Alerta Prévio

Isso, todavia, não significa que o Grupo Banco Mundial não tenha privilegiado a região amazônica. Pelo contrário, os seus projetos somam a maior quantia de fundos destinados à região, sendo o Banco Mundial, que é parte do grupo, o segundo maior investidor, como monitorado pelo Sistema de Alerta Prévio (SAP). A única instituição financeira monitorada pelo SAP que destinou mais fundos à Amazônia do que o Banco Mundial foi o DFC, que concentrou sua atuação em apenas 3 projetos associados a (i) Finanças e a (ii) Indústria e Comércio. Ou seja, embora o Banco Mundial tenha uma participação ligeiramente menor que o DFC, o banco apresentou uma capacidade para influenciar um número maior de setores (4), indicando

a sua pervasividade. Se adicionarmos a essa conta o IFC, braço privado do Grupo Banco Mundial, essa capacidade é ainda maior, alcançando 6 setores. Apenas o Grupo BID apresenta uma capilaridade superior e, portanto, um potencial ainda maior para influenciar e articular os rumos dos projetos financiados por IFIs na Amazônia.

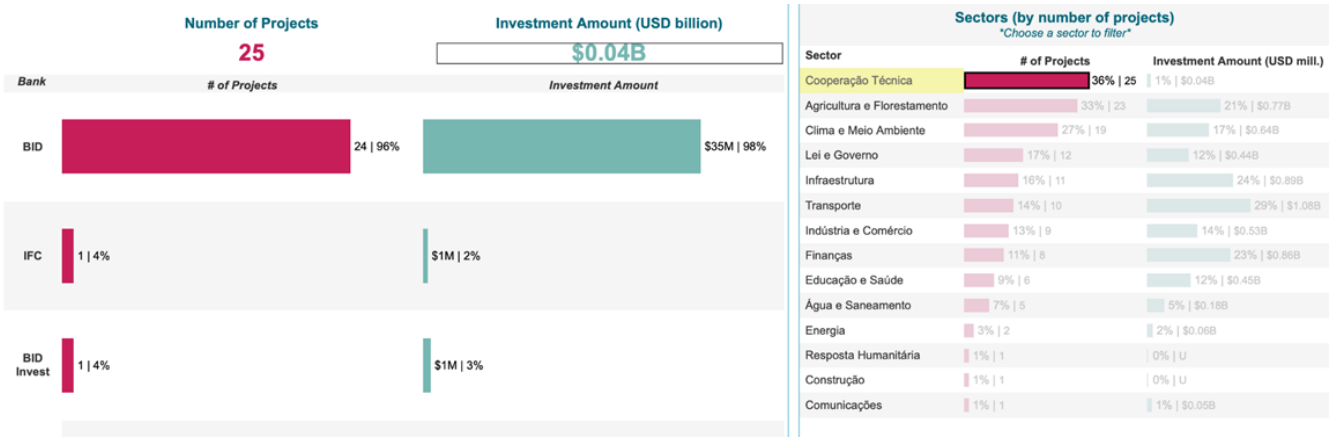
De acordo com o SAP, o número de projetos somados do Grupo BID (48) e do Grupo Banco Mundial (12) alcançou 86% dos projetos destinados à Amazônia durante o período em análise. Os demais 14% estão divididos entre outras quatro instituições, sendo que o Fundo Verde do Clima (FVC) publicou apenas 1 projeto, o já mencionado Fundo de Bioeconomia da Amazônia, projeto de US$279 que compõe a Iniciativa Amazônica, coordenada pelo BID.

Os cinco setores que mais receberam projetos foram: (i) *Cooperação Técnica*, (ii) *Agricultura e Florestamento*, (iii) *Clima e Meio Ambiente*, (iv) *Lei e Governo* e (v) *Infraestrutura*.

Como se observa do gráfico abaixo, as CTs são dominadas pela participação do BID, que estende sua influência para muitos outros setores na medida em que cada CT é necessariamente uma assessoria a outro setor e estão geralmente associadas à elaboração de políticas públicas [10]. Há, portanto, alguma coincidência razoável entre as CTs e os projetos categorizados como Lei e Governo, que se caracterizam por estarem relacionados não só a políticas públicas mas também a outros gastos diretos do setor público, como provisão de recursos fiscais, modernização de equipamentos, etc.

[10] O BID pode, por exemplo, ter auxiliado o governo brasileiro se este lhe requisitou apoio técnico na elaboração de uma política no setor de comunicação. De tal modo, um único projeto pode ser identificado como pertencente a mais de um setor, isto é, seguindo este exemplo, um projeto pode ser identificado como uma Cooperação Técnica e também como um projeto do setor de Comunicações.

GRÁFICO 4 – CTS E IFIS



Fonte: Tableau construído através de dados do Sistema de Alerta Prévio

Além disso, observa-se que os outros dois setores que recebem uma quantidade maior de projetos, *Agricultura e Florestamento (AF)* e *Clima e Meio Ambiente (CMA)*, possuem uma associação significativa entre si. Um a cada três projetos de *AF* foram associados pelas próprias IFIs ao setor de *CMA*, o que não necessariamente significa que os estes projetos agrícolas estejam de acordo com a manutenção da floresta em pé ou mesmo com os modos de vida das populações amazônicas. Neste sentido, destacamos um dos projetos monitorados no período, o Instalação Nama: intensificação da cadeia de suprimentos de carne na Amazônia brasileira. Embora apresente preocupações com a redução de gases do efeito estufa, o projeto choca-se com a preservação da Amazônia na medida em que projeta a ampliação da criação de gado, como temido no projeto da Marfrig, fortemente associada ao desmatamento e outros vários problemas (**no Quadro abaixo, veja a derrota imposta pela campanha *Stop Financing Factory Farming***).

MARFRIG

Em abril de 2021, o BID Invest - braço privado do Grupo Banco Interamericano - publicou planos de investimento na empresa Marfrig Global Foods, a segunda maior empresa de produção de carne bovina do planeta. O empréstimo que estava sendo contemplado seria no valor de 43 milhões de dólares americanos, sendo que a empresa é alvo de amplas críticas por seu aparente envolvimento em desmatamento ilegal na Amazônia e Cerrado, assim como por enfrentar acusações de corrupção e violações de direitos humanos.

Dado o alto potencial de impacto negativo do projeto não só em relação a direitos humanos e ambientais, mas também em relação a direitos animais e contribuição para a crise climática, centenas de organizações posicionaram-se contra o investimento de uma instituição de financiamento que utiliza dinheiro público para tal fim. Organizadas através de uma ação da Campanha "Parem de Investir em Pecuária Industrial", tais organizações pressionaram a instituição financeira através de comunicação direto à sua junta diretiva, de trabalho midiático e entrando em contato direto com povos que seriam potencialmente afetados e não haviam sido informados sobre o potencial investimento.

A atuação das organizações resultou no cancelamento dos planos de investimento da instituição financeira e demonstrou que o monitoramento preventivo, somado ao trabalho rigoroso da sociedade civil e comunidades potencialmente impactadas é essencial para modificar práticas e evitar a continuação de investimentos sistêmicos pautados pela agenda de mercado que nos encaminha a passos largos para a catástrofe ambiental.

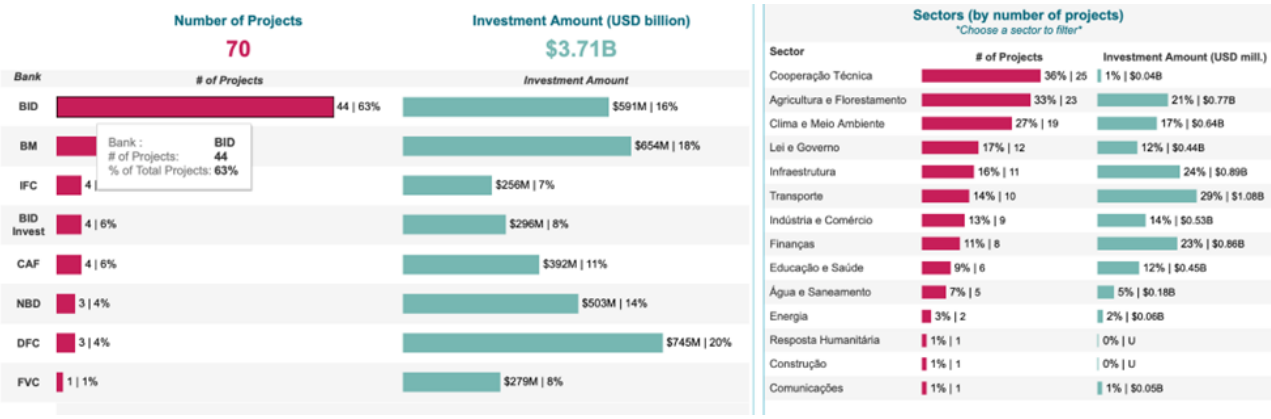
Por fim, destacamos algumas das características básicas dos projetos de *Infraestrutura* monitorados pelo Sistema de Alerta Prévio. A maioria destes projetos está vinculada ao setor de *Transporte*, porém também está articulada a outros, como *Água e Saneamento*, *Agricultura e Florestamento* e *Energia* e estão localizados principalmente na Amazônia brasileira.

Por sua vez, a lista de setores com os maiores fundos por setor são (i) *Transporte*, (ii) *Infraestrutura*, (iii) *Finanças*, (iv) *Agricultura e Florestamento* e (v) *Clima e Meio Ambiente*.

Essas observações iniciais baseadas no (SAP) parecem revelar algumas possíveis tendências, sendo o apoio multifacetado à expansão da fronteira agrícola talvez a mais forte entre elas, o que talvez possua vínculos estreitos com a bioeconomia e os bionegócios[11]. O quadro se configura, pois, não apenas pela grande quantidade de projetos e de fundos associados a projetos de *Agricultura e Florestamento*, mas também pela grande quantidade de projetos e fundos em setores que lhes servem de apoio, como é o caso dos setores de *Finanças* e *Transporte*. Mais que isso, muitos destes projetos carregam algo em comum: vínculos com o fomento e/ou com a execução de projetos associados à bioeconomia. Todavia, assim como observamos na análise sobre a Iniciativa Amazônica, nenhum destes projetos oferece maiores explicações sobre o significado desta palavra e de outras correlatas, como bionegócios, nem maiores informações sobre a sua associação à iniciativa coordenada pelo BID.

[11] Aqui destacamos que isso não significa que não podem ser observadas outras tendências na Amazônia, como é o caso bastante alarmante do garimpo ilegal. Apenas atestamos que estas tendências não parecem ter associação direta com os projetos financiados por IFIs monitoradas pelo SAP.

GRÁFICO 5 – TOTAL DE FUNDOS POR SETOR E IFI [12]



Fonte: Tableau construído através de dados do Sistema de Alerta Prévio

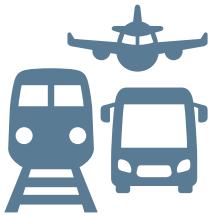
Como se observa no gráfico acima, *Agricultura e Florestamento* recebeu US$770 milhões ao longo do recorte temporal proposto por este relatório. Mais que isso, nenhum outro setor recebeu recursos de tantas instituições financeiras. No total, *Agricultura e Florestamento* recebeu fundos de 5 IFIs, das quais se destacam o BID, com 16 projetos, e o Banco Mundial, que financiou 4 projetos para o setor. Já do ponto de vista dos fundos, o Grupo Banco Mundial foi o que mais se destacou no financiamento a este setor, financiando US$180 milhões a um projeto algodoeiro à Amaggi através do IFC e outros US$239 milhões através do Banco Mundial, incluindo um projeto de US$200 milhões ao governo brasileiro que promove a produtividade de áreas agricultáveis na Amazônia. Em conjunto, o Grupo Banco Mundial destinou US$419 milhões. Em seguida, o SAP destaca a contribuição de US$279 milhões do Fundo Verde do Clima ao Fundo de Bioeconomia da Amazônia, a qual foi classificada tanto no setor de *Agricultura e Florestamento* como no setor *Clima e Meio Ambiente*, onde se destacam CTs. Neste sentido, chamamos atenção para o fato de que um destes CTs, o Inovações para o Desenvolvimento

[12] A contagem dos fundos por setor pode estar distorcida porque alguns projetos foram classificados em mais de um setor.

Sustentável da Amazônia Brasileira, prevê a conciliação entre a recuperação de áreas desmatadas e a expansão de bionegócios com uso intensivo em tecnologia. Mais que isso destacamos que as instituições envolvidas com estas atividades não identificaram quais seriam as atividades que se pretende implementar nestas áreas e se estas estão em harmonia com os planos de vida das populações locais.

Ainda no que toca aos projetos do setor *Agricultura e Florestamento*, o Grupo BID buscava US$68 milhões em *Agricultura e Florestamento* na Amazônia, dos quais US$40 milhões se concentram no projeto encomendado por uma das gigantes da pecuária brasileira, a Marfrig, que seria financiado pelo BID Invest (ver quadro acima - p. 40). Todavia, esta participação relativamente reduzida do BID em termos de fundos não deve ser negligenciada. Além de potenciais empréstimos vultosos como este à Marfrig, é importante mais uma vez frisar que parte considerável do seu envolvimento ocorre por meio de cooperações técnicas, que é exatamente o instrumento que operacionaliza o Programa Sementes, possivelmente envolvido com políticas públicas não só no Brasil, mas também em outros países, como a Bolívia. Em ambos estes casos, há preocupações com o melhoramento da cadeia de valor que atravessa a Amazônia, o que indica um envolvimento talvez mais sistêmico do BID com a mercantilização da produção agrícola e extrativa na região.

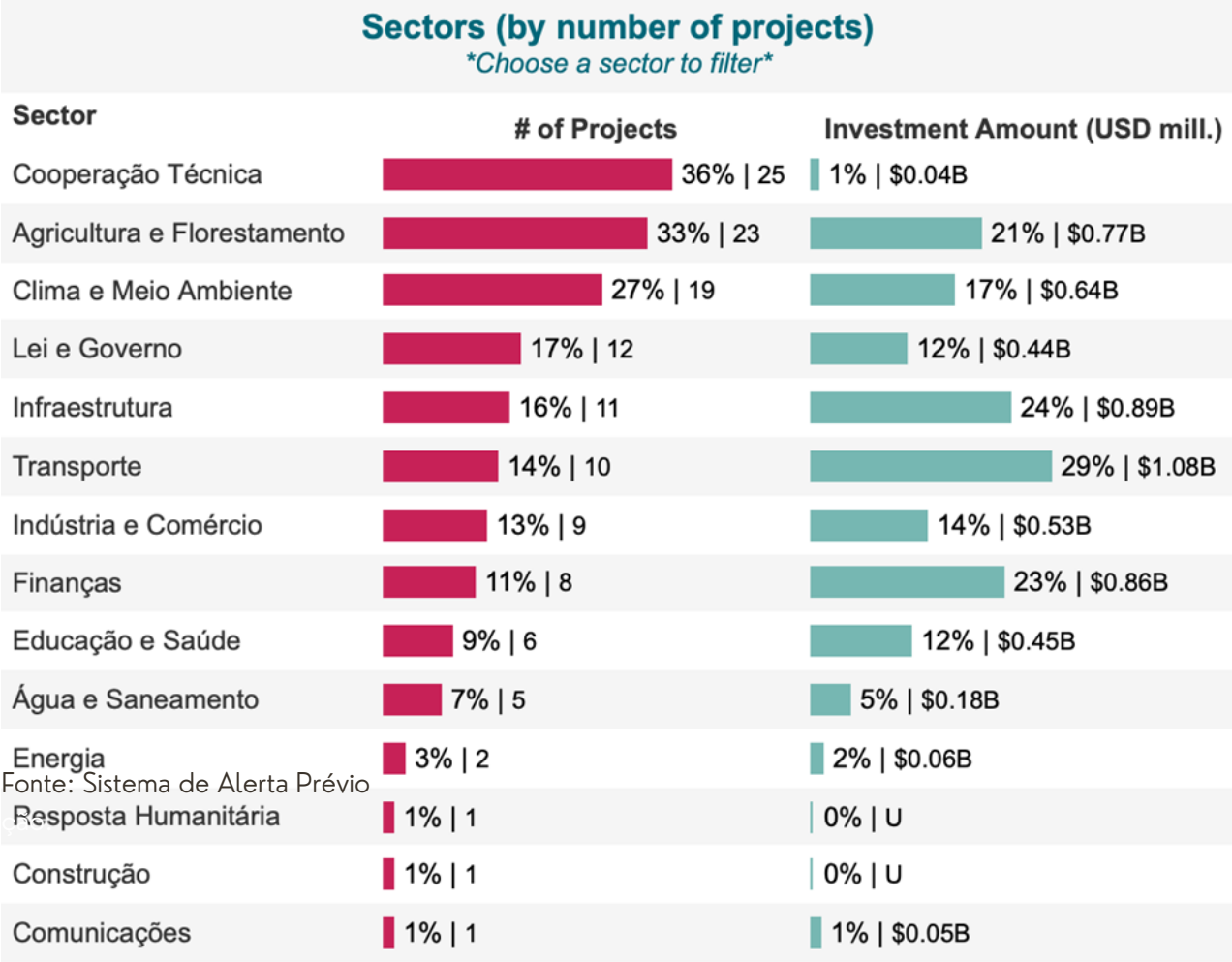
No que se refere aos projetos de outros setores que possuem relações com o setor *Agricultura e Florestamento*, notamos conexões desde o setor *Finanças*, sobretudo por meio de cooperações técnicas do BID, inclusive com foco em bionegócios. Um destes casos é uma assessoria técnica de 2021 que beneficia o Banco da Amazônia, banco brasileiro de capital misto com participação do governo federal e que, no mesmo ano, aprovou financiamento de R$1 bilhão à Eneva para explorar gás natural na Amazônia. Este projeto oferece subsídios técnicos que amparam o avanço de negócios mercantis sobre um território que deveria estar sendo preservado na sua plenitude. Entendemos que estes incentivos econômicos têm o potencial de comprometer ainda mais os modos de vida das populações locais e a sua



harmonia com o bioma amazônico, o que é uma ameaça ainda maior dentro do atual contexto político brasileiro.

Outro setor articulado à expansão do agronegócio é o setor *Transporte*, que costuma ser bastante oneroso tanto de um ponto de vista financeiro (o **Gráfico 6 abaixo** indica uma elevada média de fundos investido por projeto neste setor) como de um ponto de vista socioambiental. Neste setor, destacamos um projeto financiado pelo NBD, o Pará II, orçado em US$153 milhões e responsável pela construção de 472 km de rodovias, o que resulta tanto no asfaltamento como na abertura de outros trechos que articulam a malha rodoviária do estado. Em ambos os casos, há uma concentração de obras no entorno de Santarém e no nordeste do estado, região próxima ao estado do Maranhão. Estas estradas viabilizam a expansão de novas atividades mercantis, que dependem de infraestrutura para escoar a produção a centros urbanos e para a exportação. Para tanto, são necessárias outras obras de infraestrutura que complementam uma logística complexa e, ao mesmo tempo, com um grande potencial de gerar impactos negativos a comunidades locais e ao meio ambiente. Um destes exemplos seriam os problemas socioambientais gerados pelas obras de ampliação do porto de São Luís - MA, coordenados pelo poder público e por atores privados, como a TPU Porto São Luís, que recentemente recebeu um financiamento de US$$300 milhões do NBD. Este financiamento, todavia, avança mesmo que ao menos alguns dos problemas socioambientais que se arrastam há alguns anos ainda não tenham sido resolvidos.

GRÁFICO 6 – INVESTIMENTO MÉDIO POR SETOR (US$ MI)



Fonte: Sistema de Alerta Prévio

Fonte: Tableau construído através de dados do Sistema de Alerta Prévio

Em suma, o Sistema de Alerta Prévio (SAP) permite a observação de uma constelação de projetos que possuem complementaridades mais ou menos estreitas e que contribuem, pois, para a expansão da fronteira agrícola e de um tipo de negócio com potencial de elevar ainda mais a lógica mercantilista de uma natureza já em processo de destruição capital – os bionegócios. Embora não se saiba ao certo a natureza da bioeconomia que se quer estimular, há receios de que ela gere impactos socioambientais e se some, de alguma maneira, ao agronegócio que já tanto impacto causou à natureza e às populações amazônicas. Embora ainda não se

saiba se, por exemplo, os bionegócios se aproveitarão de áreas desmatadas para se desenvolver ou mesmo se contribuirão diretamente com o desmatamento, seguramente serão estimulados por toda a arquitetura financeira coordenada pelo BID para a sua expansão como também pela ampliação e renovação da logística que viabiliza a comercialização do fruto do trabalho do agronegócio e do trabalho de populações locais. Mas não se deve compreender que apenas o Grupo BID tece esforços para entrelaçar estas atividades complementares. Como demonstramos acima, várias instituições financeiras internacionais estão envolvidas de diversas formas, seja financiando projetos em algumas poucas porém especializadas áreas, como faz o NDB e o FVC, ou de forma mais pulverizada, como o faz o Banco Mundial, à semelhança do Grupo BID.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta análise sobre os ataques sofridos pela Amazônia, o agronegócio emerge como uma força poderosa e articulada a diferentes esferas de poder e assume diferentes formas. Isto é, há tanto uma rede de atores envolvidos na sua realização como também há uma série de projetos em infraestrutura, fundamentalmente, que apoiam a expansão da fronteira agrícola no Brasil.

No que toca às articulações que impulsionam este movimento, uma delas é, sem dúvida, o poder público. Nos países amazônicos como um todo, e no Brasil em particular, as ameaças aos modos de vida tradicionais e os incentivos à destruição do meio ambiente são tendências históricas que aportaram às colônias junto às primeiras naus. Tais tendências tomaram recentemente um ar ainda mais neoliberal que no passado próximo, o que se nota pelas declarações do ex-ministro do Meio Ambiente brasileiro, Ricardo Salles, e outras inúmeras posições públicas do próprio recém ex-presidente da República, pela ex-ministra, Damares Alves, dentre outras pessoas do executivo federal. Além disso, este estudo identifica uma articulação com Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), sendo que um dos principais responsáveis por este processo é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, organizador da Iniciativa Amazônica. Muito embora outras IFIs tenham papel importante nos projetos que destacamos - sobretudo o Fundo Verde do Clima - o BID exerce liderança na medida em que coordena uma série de atividades financeiras e técnicas que apoiam negócios sobre os quais pouco se sabe e pouco se entende. Aliás, este baixo nível de conhecimento recai na ausência quase completa da sociedade civil e, sobretudo, das populações amazônicas, nas etapas de concepção, estudo, na elaboração e na execução desta iniciativa. Por si só, esta constatação expressa os problemas deste grande projeto liderado pelo BID e as ameaças que ele pode levar à região. A conservação da Amazônia depende da participação independente dos seus guardiões - sem manipulações ou proselitização de pautas alheias a seus interesses - e não da expansão da economia de mercado.

A disseminação de negócios agrícolas e bionegócios, palavra que ainda não foi definida pelas instituições que a empregam, requer a implementação de uma infraestrutura em um território enorme. Ou seja, empréstimos e CTs articulam bancos, fundos de investimento, empresas de engenharia, empresas de exploração de gás e, obviamente, de empresas envolvidas diretamente na criação de animais e na plantação de produtos agrícolas. Nesse sentido, seria importante identificar a escala e a quantidade de unidades produtivas associadas aos projetos que se divulgam sob o guarda-chuva da Iniciativa Amazônica. Este seria um passo importante para se avançar na identificação concreta das atividades envolvidas na ampliação da produção de mercadorias agrícolas na Amazônia e que forma assumiria a articulação entre os diversos atores envolvidos neste processo.

Por fim, e não menos importante, destacamos que as tendências observadas nas IFIs parecem ter grande potencial de estar contribuindo para agravar a crise climática, com a destruição de modos de vida das populações tradicionais da Amazônia. A presente análise, olhando planos de investimentos recentes para a região, aponta para a necessidade de uma sociedade civil e de comunidades enfrentando tal tendência de maneira articulada, denunciando violações ao direito humano à autodeterminação dos povos, ao acesso à informação, ao meio ambiente saudável, ao direito humano ao desenvolvimento e à preservação da biodiversidade em instâncias nacionais como internacionais. A transição recente e potencial que alguns governos de países amazônicos estão passando ou poderão passar, traz expectativas mais do que certezas, quando analisamos o passado recente da região. Se tal passado traz alguma indicação, é o fato de que o arrefecimento no desmatamento e na violação estrutural dos modos de vida dos povos e populações tradicionais não foi suficiente para a proteção de tal bioma e abriu espaço para a continuação da imposição de agendas voltadas para o mercado. Também possibilitou que em um momento de aquecimento da crise estrutural, os agentes de tal agenda pisassem no acelerador da destruição em busca de rendimentos, quebrando pactos democráticos para uma viagem ao fundo do poço neoliberal. A perspectiva de volta às bases mais

democráticas de governos na região traz o alerta para que tal lógica não seja possibilitada novamente; tarefa que possivelmente trará instabilidade em um período de transição necessário, no qual povos da floresta e protetores socioambientais serão colocados em risco intenso. É necessário que as IFIs e governos façam sua *mea culpa*, evitem os danos que o período transicional já traz e cessem com suas históricas atuações violatórias, caso realmente tenham interesse em permitir um futuro onde a sobrevivência digna seja possível.